

ESTADOS UNIDOS

Biden investigado por dossiês secretos

Merrick Garland, secretário de Justiça, nomeia procurador para apurar a descoberta de documentos confidenciais na residência e no escritório do presidente. Advogado do democrata defende revisão do caso e confirma que papéis foram levados por engano

» RODRIGO CRAVEIRO

Olivier Douliery/AFP



Merrick Garland afirma que decisão de iniciar a investigação é de "interesse público" e cita "circunstâncias extraordinárias"

Horas depois de a imprensa norte-americana divulgar a descoberta de nova leva de documentos confidenciais na garagem e em um cômodo contíguo da casa do presidente Joe Biden, em Wilmington (Delaware), o secretário de Justiça dos EUA, Merrick Garland, nomeou um procurador independente para investigar o caso. Os dossiês datam da época em que o democrata era vice de Barack Obama. Na segunda-feira, o próprio Biden tinha admitido que uma dezena de documentos do tipo havia sido encontrada em seu escritório, no Penn Biden Center, um *think tank* localizado em Washington. Os incidentes colocam pressão sobre o inquilino da Casa Branca, que atribui a situação ao "descuido". O magnata republicano Donald Trump, seu antecessor, enfrenta problemas com a Justiça também por ter mantido a posse de arquivos presidenciais.

O escolhido de Garland para assumir o inquérito é Robert Hur, procurador federal em Maryland nomeado por Trump, em 2017 — quatro anos depois, ele renunciou; desde então, trabalhava como autônomo em Washington. "Conduzirei a investigação designada com julgamento justo, imparcial e desapaixonado. Eu pretendo seguir os fatos de forma rápida e completa, sem medo ou favor, e honrarei a confiança depositada em mim para realizar este serviço", declarou, por meio de nota.

Advogado de Biden, Richard Sauber afirmou estar confiante de que "uma revisão completa mostrará que esses documentos foram extraviados inadvertidamente, e que o presidente e seus conselheiros legais agiriam prontamente, após perceberem o erro". Garland afirmou "acreditar firmemente que os processos normais do Departamento de Justiça são capazes de lidar com todas as investigações com integridade". "De acordo com os

regulamentos, as circunstâncias exigem a nomeação de um procurador especial para esse caso", explicou. O secretário destacou que a nomeação de Hur evidencia o compromisso "com a independência do Poder Judiciário em casos particularmente delicados e seu compromisso em tomar decisões orientadas unicamente pelos fatos e pela lei".

Por e-mail, Steven Aftergood, especialista em segredos de governo da Federação dos Cientistas Americanos, explicou ao **Correio** que o rótulo de "classificados" de documentos indica que eles são confidenciais e poderiam causar algum dano à segurança nacional, de alguma maneira, se fossem divulgados. "Sempre que esses documentos forem encontrados em um local inseguro, como um resort particular ou uma garagem, isso é algo com o que as autoridades devam se preocupar", afirmou. "Quão sério é do ponto de vista da segurança? Considera a natureza da informação e da possibilidade de divulgação indevida."

Remoção obrigatória
Nos Estados Unidos, uma lei de 1978 obriga os presidentes e vices a enviarem todos os seus e-mails, cartas e outros documentos de trabalho aos Arquivos Nacionais. Esses registros devem permanecer armazenados em locais seguros, durante o mandato presidencial. Antes da troca de comando do país, os documentos têm que ser repassados à instituição.

Para Aftergood, a aferição sobre possíveis danos políticos para Biden está associada ao resultado das investigações. "Para o presidente, isso pode ser apenas um constrangimento, pois até agora não há evidências de comportamento ilegal deliberado. Para Trump, a situação é mais complicada, pois ele se recusou a voluntariamente cumprir com os pedidos para devolver os documentos."

Por sua vez, Mitchell Epner — ex-procurador federal para o Distrito de Nova Jersey e advogado da firma Rottenberg Lipman Rich P.C. (em Nova York) — considera "muito surpreendente" saber que documentos classificados estavam

no escritório e na garagem da casa de Biden. "É prematuro avaliar o impacto do caso na carreira política de Biden. Muito dependerá da investigação sobre as circunstâncias nas quais os documentos foram levados para esses locais e como os fatos vieram à tona", disse à reportagem.

Epner admite que a nomeação de um investigador representa um passo "muito grave". "Isso torna muito mais difícil para Biden desqualificar o tema como sendo algo trivial", comentou. Segundo ele, o procurador-geral Garland precisou fazer uma avaliação de limite para justificar a indicação. "Se houver atividade criminal

envolvendo o transporte ou a retenção de documentos secretos, uma sentença significativa de prisão será possível."

Por sua vez, Roland Riopelle, ex-procurador federal para o Distrito Sul de Nova York, avalia os fatos como "preocupantes", mas descarta o enfraquecimento de Biden ou do governo, ao menos que ocorram graves desdobramentos. "É uma situação embaraçadora, não um crime", disse ao **Correio**. Segundo ele, Robert Hur parece ser "muito bem qualificado" para a investigação. "Se houver processo em algum momento, será por fatos desconhecidos até o momento. Se um processo criminal for apresentado, o crime poderá variar de contravenção a delito grave. No primeiro cenário, a pena máxima é de um ano de detenção. No caso de delito grave, cinco anos." Riopelle acredita que a situação de Biden é muito diferente da de Trump. "O ex-presidente escondeu os documentos e se recusou a devolvê-los."

Eu acho...

Foto: Arquivo pessoal



"No mínimo, esses eventos serão uma distração para o governo Biden. O presidente, provavelmente, contratará um advogado particular, o que exigirá tempo para as reuniões e para a discussão sobre o tema. É muito prematuro para dizer se houve alguma violação cometida pelo presidente. Caso exista, será algo grave."

Mitchell Epner, ex-procurador federal para o Distrito de Nova Jersey e advogado da firma Rottenberg Lipman Rich P.C. (em Nova York)



"Vejo essa situação mais como um embaraço, que dará ao Partido Republicano alguma munição política. Duvido de qualquer processo criminal decorrente dessa descoberta. Com base no que sabemos, parece que a posse de documentos por Biden ocorreu de modo inadvertido. Ele próprio teria relatado a existência desses papéis às autoridades e feito o que podia para se certificar de que os documentos fossem tratados de forma adequada e entregues aos Arquivos Nacionais."

Roland Riopelle, ex-procurador federal para o Distrito Sul de Nova York

PERU

Lima se soma a protestos contra Boluarte

Grupos e organizações de esquerda levaram à capital, Lima, manifestações pela renúncia da presidente peruana, Dina Boluarte, e pela antecipação das eleições. Os atos se somam aos protestos que deixaram 42 mortos, nos últimos 45 dias, em diferentes partes do país, com foco importante na região andina, como Cusco, cujo aeroporto foi fechado por precaução. "Nem mais uma morte, abaixo a ditadura cívico-militar, racista e classista", afirma o slogan nas redes sociais para a marcha em Lima convocada por um conglomerado de grupos sociais, sindicatos e partidos de esquerda.

Os protestos entram em sua segunda semana consecutiva, depois de uma trégua durante as festividades do fim de ano, e são promovidos por setores radicais e por sindicatos camponeses — os quais também exigem justiça para as famílias que tiveram entes queridos mortos e punição para os responsáveis pelo uso desproporcional da força.

Ontem, o Peru amanheceu com bloqueios em 10 das 25 regiões, afetando cidades como Tacna, na fronteira com o Chile; Puno, Cusco, Arequipa e Madre de Dios, entre outras. As concentrações foram retomadas em Arequipa, Tacna e Cusco, enquanto na região de Puno, epicentro do movimento, começaram a ser enterados os corpos das 17 vítimas dos confrontos da última segunda-feira com as forças de ordem em Juliaca. A dor se prolongou, ontem, naquela cidade, depois da morte de um jovem de 16 anos que estava hospitalizado, desde segunda-feira, com ferimentos à bala.

Além da renúncia de Dina Boluarte e da antecipação das eleições, os protestos exigem o fechamento do Congresso e a convocação de uma Constituinte para substituir a Carta Magna de 1993, promovida pelo então presidente Alberto Fujimori, que estabelece a economia de mercado como o eixo do desenvolvimento socioeconômico.



Fantasiada de Dina Boluarte presa, opositora se manifesta na capital

"Golpe"

A mobilização na capital faz parte de um "golpe que querem realizar contra Lima nos próximos dias", havia dito na segunda-feira o chefe de gabinete, Alberto

Otárola. Segundo ele, as manifestações "estão sendo financiadas com dinheiro obscuro do narcotráfico", supostamente provenientes dos vales cocaleiros do sul andino.

Otárola, que obteve antontem um voto de confiança para

seu posse no Congresso dominado pela direita, retratou uma hipotética situação de guerra, lembrando que as forças de ordem defenderão Lima. Ele responsabiliza o ex-presidente preso Pedro Castillo de ser "quem inflama as pessoas e coordena essas mobilizações em busca de impunidade".

Castillo foi destituído pelo Congresso e detido, em 7 de dezembro, depois de um fracasso autogolpe, ao tentar dissolver o Parlamento, intervir na Justiça e governar por decreto. A então vice-presidente Dina Boluarte, de 60 anos, assumiu a presidência em seu lugar. Castillo, que era investigado por corrupção, cumpre 18 meses de prisão preventiva ordenados por um juiz sob acusações de rebelião.

Ataque

Em Cusco, uma das mecas do turismo mundial e ponto de partida para chegar à cidadela

inca de Machu Picchu, o hotel Marriot foi atacado com pedras por vândalos durante uma marcha, na noite de quarta-feira. Manifestantes estavam furiosos depois da morte de um líder camponês durante confronto com a polícia. Moradores queimaram uma cabine no terminal regional de transporte terrestre, atacaram estabelecimentos comerciais e colocaram pedras na linha férrea. Segundo a polícia, 11 pessoas foram presas, incluindo um cidadão colombiano.

A Defensoria do Povo reportou mais de 50 feridos, entre eles 19 agentes da ordem. O governo fechou temporariamente o aeroporto internacional de Cusco, ante o risco de que ele seja tomado à força, apesar da presença de um contingente policial e militar. Os protestos violentos iniciados há um mês já deixaram 42 mortos, incluindo um policial queimado vivo por uma multidão, segundo a polícia.